



Texto Livre: Linguagem e Tecnologia
E-ISSN: 1983-3652
revista@textolivre.org
Universidade Federal de Minas Gerais
Brasil

Ançã, Maria Helena
A PROMOÇÃO E DIFUSÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA – VOZES DE ESTUDANTES
LUSÓFONOS
Texto Livre: Linguagem e Tecnologia, vol. 8, núm. 2, julho-diciembre, 2015, pp. 94-106
Universidade Federal de Minas Gerais

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=577163623008>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

A PROMOÇÃO E DIFUSÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA – VOZES DE ESTUDANTES LUSÓFONOS*

PROMOTION AND DIFFUSION OF THE PORTUGUESE LANGUAGE – VOICES OF PORTUGUESE-SPEAKING STUDENTS

Maria Helena Ançã

Centro de Investigação Didática e Tecnologia na Formação de Formadores (CIDTFF)

Universidade de Aveiro

mariahelena@ua.pt

RESUMO: O interesse atual pela promoção e difusão da Língua Portuguesa e pela sua internacionalização tem conduzido a diferentes iniciativas, em diferentes contextos, nomeadamente no académico. Assim, tendo em conta que os professores de Português são agentes decisivos no processo de difusão da língua, foi realizado um estudo com o objetivo de conhecer a perspetiva de futuros professores de Português sobre esta questão. Para o efeito, foi passado um questionário em três Universidades (Portugal, Brasil e Cabo Verde), tendo os dados sido tratados na Universidade portuguesa, com recurso ao programa informático NVivo10. Os resultados apontam para a nítida consciência da importância que estes sujeitos têm da difusão da LP, mas da pouca convicção que cada um tem sobre si neste processo. Como conclusão, é sublinhado que a formação de professores de Português terá de integrar uma abordagem mais lata que contemple questões de políticas linguísticas, com o reconhecimento das diferentes dimensões que a LP comporta.

PALAVRAS-CHAVE: Língua Portuguesa; promoção e difusão; formação de professores de Português.

ABSTRACT: The current interest in the promotion and diffusion of the Portuguese language (PL) and in its internationalization has led to various initiatives in different contexts, particularly in the academic one. Thus, given that PL teachers are decisive agents in this dissemination process, a study has been carried out in order to ascertain the standpoint of future PL teachers. To this end, a questionnaire was distributed in three Universities (Portugal, Brazil and Cape Verde), and the data was treated in the Portuguese university, using the NVivo10 software program. The results indicate that these students have a clear awareness of the importance of spreading the PL, but little conviction about their role in this process. The findings emphasize the need to integrate in the training of PL teachers a broader and contemporary approach addressing language policy issues, acknowledging the different dimensions comprising the PL.

KEYWORDS: Portuguese language; promotion and diffusion; training of Portuguese language teachers.

* Este texto baseia-se em Ançã (2014): “A promoção e difusão da língua portuguesa – cruzando atores, vozes e perspetivas”, apresentado ao XXII Colóquio da Lusofonia, em outubro de 2014.

1 Introdução

Gilvan Müller de Oliveira num texto de 2013 interroga: “Que políticas linguísticas para a internacionalização [do Português]?” (OLIVEIRA, 2013, p. 427). Esta preocupação com políticas para a língua e a sua internacionalização, quer no Brasil quer em Portugal, faz parte atualmente das agendas políticas e das agendas académicas, com debates em congressos e encontros científicos. A título de exemplo, cita-se o próximo evento científico nesse âmbito: o Congresso Internacional A Língua Portuguesa: uma Língua de Futuro, a se realizar na Universidade de Coimbra (Portugal), de 2 a 4 de dezembro de 2015 (<http://uc725.uc.pt/evento/congresso-internacional-da-lingua-portuguesa>).

No entanto, a atenção dada às políticas linguísticas (PL), para o Português, não é recente em Portugal, apresentando objetivos e estratégias implícitas/explicitas em conformidade com o tempo sociopolítico em que se insere. Assim, foi fechado até 1974, até a queda do regime ditatorial, e as PL da época eram aparentemente ‘omissas; apenas legitimavam a Língua Portuguesa como única língua no território português e nas suas províncias ultramarinas. O período sociopolítico subsequente abriu-se ao exterior. É dele que me ocuparei.

Este texto será estruturado em duas partes distintas. Na primeira faremos uma breve incursão sobre PL para o Português em Portugal, focando publicações dos anos noventa do século passado e início deste século, e publicações mais recentes, tentando mostrar duas tendências nas PL. Na segunda parte apresentaremos alguns resultados sobre um estudo realizado em 2013, com estudantes universitários/futuros professores de Português em três países lusófonos: Portugal, Brasil e Cabo Verde, sobre a difusão e promoção da LP e as estratégias apontadas por esses estudantes para o efeito.

2 Enquadramento

No final dos anos oitenta do século XX, iniciou-se uma publicação intitulada Revista Internacional de Língua Portuguesa (RILP) no âmbito da Associação de Universidades de Língua Portuguesa (AULP). O primeiro número saiu em 1989 e foi resultante do 1º Encontro da AULP¹, ocorrido em Lisboa, de 28 a 30 de novembro de 1998, com a participação de representantes de Portugal, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Moçambique.

Em 1992, publica-se número 7 da mesma revista², cujo foco é a “política da língua” (lexia utilizada) e políticas culturais, embora a vertente PL fizesse parte do “foco intrínseco, subjacente ao nascimento e à vida da RILP”, como nos diz Rosa Virgínia Mattos Silva no Editorial (SILVA, 1992, p.7). Nesse número há a considerar importantes contributos de diplomatas e académicos portugueses e brasileiros: Fernando Cristóvão, Maria Raquel Delgado Martins, José Augusto Seabra, Eduardo Prado Coelho, Francisco Gomes de Matos, Ruth Maria F. Monserrat, América César e Jónatas C. Silva, entre outros³, havendo, no entanto, a ideia comum a todos de considerar que a PL não pode

1 Neste espaço não serão analisados os textos resultantes dos cinco Encontros da AULP, realizados até esta data (1995).

2 Esta revista, na sua primeira série, foi dirigida pela Professora Maria Helena Mira Mateus.

3 Os textos dos autores brasileiros referem-se à realidade do Brasil, sobretudo a alfabetização indígena, mas também à resistência negra.

estar desfasada da política cultural (externa). No texto Delgado Martins (1992), são retomadas algumas questões levantadas em 1998 pela então direção da Associação Portuguesa de Linguística/APL (presidida pela própria) e por alguns associados sobre as PL: ausência de uma coordenação geral face aos múltiplos organismos que regiam a política linguística/educativa em nível nacional e internacional, a falta de materiais específicos para o ensino do Português Língua Materna e do Português Língua Estrangeira, a manutenção da LP nos países de língua oficial e nos organismos oficiais. Propunha-se, então, como medida fundamental o apoio à investigação linguística “como meio de remediar as lacunas e de providenciar técnicos capazes de executar os objetivos de uma política de língua adequada cientificamente e apoiada numa noção forte de cultura” (DELGADO MARTINS, 1992, p. 50). Nesse texto da RILP, a autora diz-nos ainda que, em quatro anos, o cenário não se tinha alterado muito, e as alterações havidas não teriam sido as mais adequadas ao “espaço e ao tempo” (DELGADO-MARTINS, 1992, p. 50)⁴.

Os números 13 e 14 da RILP, ambos do ano 1995, debruçam-se, respetivamente, sobre PL e sobre o Português no Mundo. O número 13 apresenta no Editorial um pequeno texto de Maria Helena Mira Mateus, em que é realçada a importância da PL, considerada pela autora como um dos temas que mais contribuem “para a permanência da identidade dos indivíduos e das sociedades, identidade que pode acolher um conjunto de variedades linguísticas como é o caso do português” (MATEUS, 1995, p. 7). Além disso, Mateus afirma ainda que é necessário ter uma vontade explícita e uma estratégia adequada para que a LP, nas suas relações com as outras línguas, ocupe o seu lugar, tendo em conta a sua difusão geográfica e a sua tradição histórica.

O Editorial do número 14 é da autoria de António Simões Lopes, ‘pai’ da AULP. É um número comemorativo dos 10 anos da AULP, que, de acordo com ele, acolhe todos os espaços da lusofonia. Atrever-me-ei a dizer que o número 14 acolhe sobretudo textos sobre quase todos os espaços da lusofonia, uma vez que tanto nesse número como no anterior, os vários contributos são principalmente de autores portugueses e brasileiros preocupados com políticas internas ou/e para o caso português com a difusão da variedade europeia no estrangeiro. Na RILP 13, assinalamos Gregório Firmino (1995), de Moçambique, que aborda a problemática do convívio da LP com as línguas indígenas de Moçambique.

Embora o Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP) e a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) já tivessem sido criados (o primeiro em 1989 e o segundo em 1996), não havia ainda uma definição comum e explícita de PL no espaço lusófono, fato, aliás, confirmado pela ausência de referências/ações a qualquer dessas instituições. No entanto, no Editorial da revista RILP, 14, Simões Lopes afirma que os contributos recebidos “deliberadamente ou não, permitem um balanço do desenvolvimento da língua portuguesa” (LOPES, 1995, p. 7). Poderei afirmar que nessas suas palavras está expressa já um reconhecimento da necessidade de políticas comuns.

Três anos mais tarde, em 1998, realiza-se um dos Seminários integrados nos cursos da Arrábida: “Uma Política de Língua para o Português”. A publicação dos textos desse evento, coordenada por Maria Helena Mira Mateus, só sai em 2002. Essa obra contém três partes, sendo a primeira dedicada à LP em África e conta com a participação

4 O documento original da APL referido por Delgado Martins: “Para uma Política da Língua Portuguesa” (APL, 1992, p. 26-30), pode ser lido neste mesmo número.

de linguistas africanos; a segunda destinada à LP na Europa, em que encontramos textos de vários leitores de LP, assim como de responsáveis do Ministério da Educação e ainda um texto de Gendraux Massaloux (2002), Conselheira de Estado (França), “A constelação linguística na Europa”, dando a conhecer a teoria do sociólogo neerlandês Abram de Swann⁵ sobre a constelação mundial das línguas, os seus níveis e conexões. A terceira parte é dedicada às minorias linguísticas em Portugal, tendo como ‘abertura’ um texto de um investigador francês, Henri Giordan (2002), sobre as línguas regionais e minoritárias na Europa, seguida de dois textos sobre as línguas minoritárias em Portugal (Mirandês⁶ e línguas faladas pelos imigrantes, em particular o Cabo-verdiano). Esse percurso ideológico-linguístico já não nos isola do exterior, mas, pelo contrário, coloca Portugal e as línguas faladas nesse país dentro da Europa e do mundo. Aliás, o texto inicial da segunda parte coloca a LP entre as línguas da Europa e do mundo, não havendo mais a ilusão do “felizmente sós”, que caracterizou o regime político anterior ao 25 de abril de 1974. O prefácio da obra, da autoria de Mateus, é iniciado com esta afirmação que confirma a falta de estratégias acordada para uma PL: “A inexistência de uma política de língua em Portugal é uma afirmação que ouvimos a especialistas e professores, aos que trabalham sobre a língua portuguesa em Portugal e no estrangeiro” (MATEUS, 2002, p. 7). São referidas, contudo, algumas “medidas avulsas” tomadas então, mas sem grande enquadramento, porventura porque as decisões relativas à língua se encontravam a cargo de diferentes Ministérios (Ministério da Educação, Ministérios dos Negócios Estrangeiros – MNE, entre outros).

Feytor Pinto (2008, 2010), num estudo académico sobre a legislação em Portugal, de 1974 a 2004, analisa as características da PL em Portugal. Alerta igualmente para a dispersão dos agentes de difusão da língua e para a necessidade de se centralizar a política de difusão num único organismo, como, aliás, Filipe já o fizera em 2005, também num estudo de doutoramento. Para as primeiras décadas de democracia portuguesa, Feytor Pinto identifica nove instâncias legisladoras diferentes, com competências distribuídas por treze organismos em cinco Ministérios distintos! Aliás, para esse autor, a política de difusão em Portugal, nessa época, apresentava três características: i) dispersão institucional; ii) instabilidade, no que se refere às constantes alterações dos seus agentes; iii) separação entre a tutela do ensino básico/secundário e do ensino superior, pertencentes a Ministérios diferentes.

Em 2004 ainda, realizou-se em Lisboa, na Fundação Calouste Gulbenkian, o evento “A Língua Portuguesa: Presente e Futuro” (AAVV, 2004), no quadro dos eventos habituais dessa Fundação sobre temas de Educação, sendo especificamente “sobre a língua portuguesa e as suas formas de ensino” (PRADO COELHO, 2004a, p. 11). Esse evento, de extrema relevância, contou com políticos – nomeadamente com o então Presidente da República, Dr. Jorge Sampaio, num discurso inaugural –, com académicos, docentes, escritores, jornalistas, essencialmente portugueses, mas também com outros lusófonos, como os linguistas Ataliba de Castilho, do Brasil, e a moçambicana Perpétua Gonçalves, e ainda a ‘lusófila’ Solange Parvaux, investigadora francesa e pioneira na introdução do ensino da LP nas escolas francesas, e na área da literatura, o jovem escritor angolano, Ondjaki. O tema das PL foi o mote da Conferência (subjacente ao ensino da LP estão sempre políticas linguísticas e educativas), tendo havido uma seção temática específica: Políticas da LP. Curiosamente, Eduardo Prado Coelho, Comissário

5 Sobre este autor, ver sobretudo, De Swaan (2001).

6 Língua reconhecida oficialmente em Portugal em 1999.

dessa Conferência, justifica a preferência pela utilização do plural em políticas: “... políticas [...] faz mais sentido do que o singular, na medida em que remete para a ideia de “medidas”, como se diz “políticas da cidade” ou “medidas para a cidade” (PRADO-COELHO, 2004b, p. 285). Num amplo conjunto de intervenções em vários domínios e em diferentes molduras, a valorização da(s) línguas(s) portuguesa(s), ou das variedades do Português, com as suas implicações culturais, foi um denominador comum.

É, contudo, no século XXI, que assistimos a mudanças significativas. Citemos, em primeiro lugar, e no âmbito nacional, a reestruturação do Instituto Camões, que passou a integrar a língua e a cooperação, agora designado Camões – Instituto da Língua e da Cooperação. Essa reorganização veio implicar ainda o fato de ficar a cargo desse Instituto, dependente diretamente do MNE, a coordenação do ensino não superior no estrangeiro, até então a cargo do Ministério da Educação, para além da coordenação, que já era sua, do ensino superior: colocação de leitores em países estrangeiros e formadores nos países de língua oficial portuguesa.

No âmbito internacional, mas com repercussões em nível nacional, em cada país de forma mais ou menos acentuada, há de se realçar a atividade do IILP (ancorada na CPLP), instituição com sede na Cidade da Praia, Cabo Verde. Da conjugação dessas entidades com o Camões – Instituto da Língua e da Cooperação – resultaram as duas Conferências Internacionais sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial, respetivamente em 2010, em Brasília (CPLP, 2010), e em 2013, em Lisboa (CPLP 2013), donde saíram os Planos de Ação de Brasília e de Lisboa. Esses dois Planos, em conjunto, definem estratégias globais para a promoção e difusão da LP.

Entre essas duas Conferências e preparando a II Conferência, realizaram-se quatro Colóquios correspondendo a quatro Cartas:

- 1) Carta de Luanda/Colóquio Internacional A LÍNGUA PORTUGUESA NAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS, realizado em Luanda (Angola), em julho de 2010;
- 2) Carta de Maputo/Colóquio Internacional sobre a DIVERSIDADE LINGUÍSTICA NOS PAÍSES DA CPLP, Maputo (Moçambique), setembro de 2011;
- 3) Carta da Praia/Colóquio Internacional sobre a LÍNGUA PORTUGUESA NAS DIÁSPORAS, Cidade da Praia (Cabo Verde), novembro de 2011;
- 4) Carta de Guaramiranga/Colóquio Internacional sobre a LÍNGUA PORTUGUESA NA INTERNET E NO MUNDO DIGITAL, em Fortaleza, Redenção e Guaramiranga, Ceará (Brasil), abril de 2012.

Cada um desses temas dos colóquios corresponde a um eixo estratégico: a introdução da LP como língua oficial ou de trabalho nas organizações internacionais, de fato, e não apenas no papel; a diversidade linguística no espaço lusófono que corresponde a 300 línguas, para além da LP, e perfaz cerca de 5% da diversidade linguística do mundo; a LP em contexto da diáspora, com vista a uma sensibilização das comunidades para a importância de uma Educação em Português; a LP no mundo virtual e na internet, dado que nesse quadro a presença da língua é benéfica quer para a cultura, quer para a economia e para a educação, quer ainda para o desenvolvimento das sociedades.

3 Políticas da língua e planificação linguística: especificações conceituais

Retomando a citação inicial de Müller de Oliveira, partilho a sua opção em registrar o plural em 'políticas linguísticas' ou 'políticas da língua'. De fato, não há uma única PL, mas várias, quando se fala da LP, uma vez que estão subjacentes espaços distintos e necessidades de atuação também distintas (CASTRO, 2009, 2010). Essa posição vem ao encontro da atualidade em que essas questões são analisadas sob diferentes prismas, quer locais e internos, quer globais, direcionados para o exterior.

Aliás, em Castro (2009, 2010), essa perspectiva é bastante clara. Para a política de internacionalização, há quatro conjuntos agrupados geograficamente, dada a condição do Português como língua internacional. Cada um desses conjuntos requer uma política linguística específica: uma política europeia, uma política global, uma política no espaço luso-falante e uma política no espaço nacional, focando, o texto de 2009, a internacionalização da LP, e o de 2010 a internacionalização do conhecimento linguístico.

Com efeito, nos textos portugueses da especialidade encontramos incluídas em PL, a PL propriamente dita⁷ e a planificação linguística⁸, estando esta última diluída na primeira. Em Mateus (2010, p. 74), essa imbricação é bem evidente: “Entendo por política linguística um conjunto de acções definidas e levadas a efeito pelas autoridades governativas de uma comunidade, que tendem, em última análise, ao benefício individual e colectivo dos cidadãos que utilizam a língua”. De fato, como afirma Calvet (1999), não há planificação linguística sem PL, mas pode haver PL sem planificação, ou seja, sem a sua concretização.

PL designaria, então, de acordo com Calvet (1996, 1999), o conjunto de escolhas conscientes realizadas no domínio das relações entre língua e vida social, enquanto a planificação linguística seria a materialização da PL, sob forma de equipamento das línguas (escrita, léxico, standardização), de ambiente linguístico, ou, como se designa atualmente, paisagem linguística (o que corresponde à presença ou ausência das línguas, sob forma escrita ou oral, na vida quotidiana) e de diplomas legais. Estes últimos podem apresentar diferentes níveis de intervenção, quer geográfico (internacional, nacional e regional) quer jurídico (leis, decretos-leis, etc). O processo de planificação linguística seria realizado em quatro etapas: a preparação, através do diagnóstico dos problemas numa comunidade linguística; a formalização das decisões tomadas; a implementação das medidas adotadas; a avaliação do efeito dessas medidas no ambiente linguístico (CALVET, 1996, 1999; ver também FEYTOR PINTO, 2008, 2010).

Sintetizando, e de acordo com a minha leitura do caso português, relativamente às questões de PL, demarco duas tendências temporais distintas e ancoradas em fatores sociopolíticos diferentes: da vontade de existência de uma política da língua (no singular), fruto ainda de um passado de quarenta e oito anos, em que Portugal viveu de costas para o mundo, num “felizmente sós”, passamos para a definição de políticas da língua (plural), aberta, primeiramente ao espaço lusófono e, em seguida, ao mundo.

Essa alteração conceitual é consequência de vários fatores, como a entrada para a União Europeia em 1986, na altura CEE, a criação de um espaço da Lusofonia, através da CPLP/princípios e objetivos, por exemplo, e o reforço da internacionalização da LP, não só em termos científicos (publicações, conferências, projetos) como académicos

7 *Language policy*, segundo Calvet (1996, 1999), termo introduzido por J. Fishman, em 1970.

8 *Language Planning*, termo introduzido em 1959, por E. Haugen, de acordo com Calvet (1996, 1999).

(Programas internacionais LINGUA⁹, ERASMUS +, ERASMUS MUNDUS, ALBAN, etc), como indústrias culturais e criativas, relações comerciais e econômicas, turismo. É necessário ressaltar ainda o papel do desenvolvimento tecnológico, com a inclusão muito forte da internet para a difusão da LP, abarcando o mundo digital todas as áreas citadas.

Por último, mas não menos importante, assinalo a promoção e difusão da LP no país, para falantes de outras línguas. Têm surgido, nestes últimos dez anos, inúmeras publicações, monografias, trabalhos acadêmicos, nesse âmbito, com propostas didáticas concretas, em suma, um conjunto de ações desenvolvidas em prol de uma planificação linguística. Tais ações são sustentadas por uma legislação muito incisiva e abundante a partir do famoso Decreto-Lei 6, de 18 janeiro de 2001, artigo 8º. Este reconhece a LP como língua segunda para alunos que não têm o português como LM e a importância das escolas no desenvolvimento de atividades para esses alunos (a esse propósito consultar ANÇÃ, 2010, 2013). Essa mudança social e escolar, notória logo nos começos da democracia com extensão até ao presente, conta com importantes fluxos migratórios que colocaram Portugal como um país de acolhimento.

4 O estudo: a difusão da LP nas vozes de futuros professores de Português

Importa conhecer as perspetivas dos futuros professores de Português sobre questões de difusão da língua, uma vez que serão atores privilegiados nesse processo.

Dessa forma, são analisados alguns resultados de um estudo sobre a importância da difusão da LP e possíveis formas de promover essa difusão, ou seja, formas possíveis de concretizar um dos vetores das PL. Para dar voz a essas questões, selecionamos três pequenos grupos de universitários, cursando o último ano académico dos seus cursos e futuros professores de Português: um em Portugal (14 alunos), outro no Brasil (12 alunos) e o terceiro em Cabo Verde (14 alunos)¹⁰. Para o efeito, foi utilizado um inquérito por questionário passado em três Universidades desses três países. O tratamento da grande maioria das respostas foi feito na Universidade portuguesa selecionada para o estudo, com recurso ao programa informático NVivo 10¹¹, em que foram codificadas as categorias e subcategorias que serviram de base à análise de conteúdo (BARDIN, 2009).

Nas respostas à questão sobre a importância da difusão da LP no mundo, encontramos, evidentemente, um reconhecimento da sua importância em todos os inquiridos. Contudo, os argumentos a favor da difusão são diversificados e com incidências diferentes. Assim, os estudantes em Portugal e no Brasil justificam a importância da difusão pela expansão/divulgação da língua e/ou da cultura a nível internacional, respectivamente com 42,9% e 58,3%, enquanto metade das respostas dos estudantes cabo-verdianos diz respeito à comunicação e à aproximação aos países de língua oficial portuguesa, proporcionado através de uma maior difusão da LP.

9 Recorde-se, no entanto, que no programa LINGUA, a LP era considerada uma das línguas *modimes* (isto é, *les langues les moins enseignées et les moins diffusées*) e uma exótica. Comprova-o Cristóvão (1992) que estende a sua crítica à política linguística da União Europeia, não obstante reconhecer os incontestáveis benefícios do programa LINGUA.

10 Este estudo enquadra-se num projeto mais lato em curso no LEIP/Laboratório de Investigação em Educação em Português, do CIDTFF, da Universidade de Aveiro, sob minha coordenação.

11 No tratamento dos dados do questionário passado em Portugal e no Brasil estiveram: Maria João Macário, Tatiana Guzeva e Belinda Gomes.

O investimento na difusão traria ainda como consequência o interesse pela aprendizagem da LP – respostas das estudantes portuguesas (28,6%) e dos cabo-verdianos (14,3%) e também a valorização internacional (16,7% das respostas dos brasileiros e 7,1% das respostas das portuguesas e dos cabo-verdianos) e o favorecimento das relações comerciais e econômicas (apenas uma resposta das estudantes portuguesas e uma dos brasileiros).

Como formas de difusão da língua, as alunas portuguesas registam a educação/ensino como desempenhando um papel considerável (50%), com a integração da disciplina de LP em sistemas educativos no estrangeiro (nos países de forte emigração portuguesa, por exemplo), os programas de intercâmbio universitário, nomeadamente o Erasmus, e ainda o investimento no PLNM, em contexto escolar e de acolhimento em Portugal. Também é mencionada a sensibilização à diversidade linguística (7,1%), supostamente a realizar no estrangeiro, em que outras línguas são faladas. São sugeridas também outras formas de difusão da língua, como a comunicação social, as redes sociais e os eventos desportivos ou outros (28,6%), e os movimentos migratórios (21,4%), quer de saída quer de entrada em Portugal, e também o mercado económico/trocas comerciais (21,4%). Apenas uma estudante apontou como estratégia de difusão uma política linguística acordada: “Através do estabelecimento dessa difusão como uma prioridade pelas entidades governamentais da CPLP”.

Nas respostas do Brasil pode-se salientar a consciência da necessidade de intervenção por parte do estado, com políticas governamentais específicas em matéria de língua (25%) e da premência de incentivar a valorização da LP “nos próprios países” (8,3%). No entanto, para esse grupo a maior aposta recai sobre a educação/ensino (83,3%) como meio de difusão da língua, nomeadamente nos programas de intercâmbio. Para esse grupo também é necessário contar com o papel das mídias, das redes sociais (16,7%) e do turismo (8,3%).

Relativamente aos estudantes cabo-verdianos, estes apontam como meios de difusão da LP, as mídias e redes sociais (35,7%), a realização de eventos científicos (14,3%) e ainda a educação/ensino da língua (21,4%), com “criação de materiais didáticos” e investimento na tradução (pedagógica). A comunicação e a possibilidade de partilha (cultural, sobretudo) entre os países que falam Português também são referidas, mas são sobretudo os contatos pessoais (28,6%), em viagem, ou mesmo em Cabo Verde, com um estrangeiro ou mesmo entre os próprios cabo-verdianos que podem promover a difusão (14,3%): [pela] “utilização da LP em todas as situações comunicativas”. Outra possibilidade apontada (7,1%) é a difusão da língua através das comunidades portuguesas no estrangeiro.

Os resultados apontam, então, para uma nítida consciência da importância da difusão da LP, quer para dar a conhecer a língua (comum) e as suas culturas no mundo (estudantes portugueses e brasileiros), quer pela aproximação entre os povos que falam Português (estudantes cabo-verdianos). A essas posturas subjazem para os dois primeiros grupos as dimensões linguístico-culturais (apresentação dessas dimensões ao mundo), mas num único sentido (‘de mim para o outro’) e para os cabo-verdianos as dimensões (inter)comunicação que conduz à aproximação (‘eu e/com o outro’). Há, de fato, uma diferença semântica e direcional nestes dois casos, apresentando o segundo a possibilidade de utilização do prefixo –inter que supõe relações bilaterais (eu e tu/tu e eu), enquanto no primeiro caso, só encontramos uma direção: o movimento do ‘eu’, aquele que apresenta a LP e as culturas em Português, ao outro/mundo (estudantes portugueses

e brasileiros).

Quanto a estratégias e meios de difusão dessa língua, a educação/ensino da LP – opção em consonância com o perfil acadêmico-profissional dos inquiridos (futuros professores de Português) – e ainda as mídias, redes sociais e eventos científicos, ou outros, surgem como os mais adequados para todos. No entanto, se nas respostas dos estudantes brasileiros se vislumbra a necessidade de políticas da língua assumidas pelo Estado, havendo também uma resposta da parte do grupo português relativamente a políticas linguísticas acordadas a nível da CPLP, no grupo de inquiridos em Cabo Verde, os meios de difusão propostos são muito circunscritos localmente, provavelmente porque a LP não é LM da maioria da população e a comunicação se processa sobretudo em Língua Cabo-verdiana, um crioulo de base lexical portuguesa.

Foi ainda também solicitado aos três grupos que justificassem o contributo da imigração e do turismo no crescimento e difusão da LP no seu país e nos países lusófonos em geral. Sendo Portugal, Brasil e Cabo Verde países que apostam fortemente no turismo e, por outro lado, recebem imigrantes de toda a parte do mundo (exceção para Cabo Verde, cuja imigração¹² provém sobretudo do continente africano, e em menor escala da China), seria de esperar para essa questão alguns comentários com alguma profundidade. Aliás, o turismo e a imigração já tinham sido convocados noutras respostas, embora sempre de uma forma fugaz. De fato, as respostas a essa questão concreta foram muito breves (uma ou duas frases) e podem resumir-se ao seguinte: enquanto os sujeitos inquiridos em Portugal e no Brasil apontam a expansão/divulgação da LP como o principal contributo, embora também reconheçam a importância da aprendizagem da LP nesse processo, os cabo-verdianos incidem mais na importância de dar a conhecer a cultura, até pela arte: “*Trazem e levam as nossas vivências através da arte*” (sublinhado meu), entendendo cultura no sentido mais lato, incluindo nesse espaço a LP. É necessário sublinhar que mais uma vez os cabo-verdianos se abrem a uma partilha, dando e recebendo, como se atesta nesse depoimento, através da utilização dos verbos de movimento (trazer e levar).

A penetração de uma língua na internet é, de fato, uma forma de divulgação e de difusão dessa língua. Sendo reconhecido que a LP é uma das mais faladas (a quinta, em 2007¹³) no ciberespaço (Aguilar, 2004; Guerreiro e Junior, 2011; Guzeva e Macário, 2015; Reto, 2012), quando os sujeitos da pesquisa são confrontados com essa dimensão da LP, no questionário, eles assinalam-na de uma forma muito ‘tímida’ (pouco convicta?), com valores abaixo dos 30% (grupo de Portugal, 21,4%; grupo do Brasil, 25%; grupo de Cabo Verde, 28,6%). Não têm, por conseguinte, consciência do enorme impacto que a LP desempenha no mundo digital.

Como dizem Guzeva e Macário:

A aproximação entre pessoas e lugares, a possibilidade de ligação em rede de forma fácil, rápida e gratuita, entre pessoas geograficamente distantes, possibilitou, também, uma aposta crescente em línguas alternativas ao inglês. Cada vez mais o Ciberespaço aproxima falantes que partilham outras línguas que não o inglês, comunicam entre si e procuram cada vez mais beneficiar deste espaço, criando e procurando páginas e conteúdos na sua língua materna. A

12 Creio não se poder falar de políticas de imigração em Cabo Verde (a este propósito, consultar Veiga, 2011).

13 Guerreiro e Junior (2011).

língua portuguesa é disso exemplo [...] (GUZEVA e MACÁRIO, 2015, p. 49).

5 Comentários finais

Iniciei este texto com uma interrogação de Oliveira (2013) sobre que políticas linguísticas seriam mais adequadas para a internacionalização da LP. As respostas a que chegamos terão de ser, necessariamente, dadas por cada país (Portugal, Brasil, ...) e para cada país (Portugal, Brasil, ...), porque as políticas linguísticas respondem a necessidades internas de determinado país, mas também às externas, dado que cada um se insere em diferentes contextos: tomando o caso de Portugal e Brasil, geográficos, (respetivamente europeu e americano), econômicos (respetivamente União Europeia e Mercosul). A mesma especificidade se encontrará para os outros países da CPLP, cada um com políticas linguísticas próprias (de bilinguismo, multilinguismo...), havendo, no entanto, entre todos um espaço para as políticas linguísticas comuns: o da CPLP.

No caso português e na literatura da especialidade revisitada, destaco, como já evidenciado, dois momentos distintos em Portugal: o primeiro designado por ‘política da língua’ (no singular) e que corresponde ao período pós-25 de abril e à necessidade de essa área encontrar o seu espaço próprio; o segundo, a partir do início do século XXI, ‘políticas da língua’ (plural), no qual são perspetivadas políticas de abertura ao exterior, nomeadamente aos países com língua oficial portuguesa e ainda ao mundo em geral.

Com efeito, as PL e a promoção/difusão da LP, são, na atualidade, assuntos relevantes, tanto para a sociedade em geral (sociedade civil), como para a comunidade científica. Nesses espaços científicos, porventura mais de índole académica, o ensino da LP surge indubitavelmente como uma forma privilegiada de promover e difundir a língua, quer nos países onde é falada quer no estrangeiro (CPLP, 2010, 2013).

Nesse âmbito, foram interrogados alguns universitários em Portugal, Brasil e Cabo Verde sobre tal problemática. As conclusões apontam para um reconhecimento claro da importância da difusão da LP, menos clara será a forma como o ‘papel’ de cada um pode ser desempenhado nesse processo, já que sentem que operam ‘isolados’, sem uma percepção mais ampla e de conjunto (classe profissional/país/comunidade lusófona...). Só os estudantes brasileiros desse estudo têm consciência de que as ações e medidas apontadas precisam de ser acordadas e escudadas por uma consistente PL, com uma intervenção de carácter mais macro e global, implicando e partindo do próprio governo.

Como conclusão, seria importante considerar na formação de professores de LP uma abordagem mais alargada e contemporânea que consciencializasse os estudantes para os novos valores que a LP vai adquirindo no panorama mundial, despertando-os ainda para as questões das PL em geral e para as políticas da LP em particular, nas suas dimensões europeia/americana/africana, mas também global, luso-falante e nacional (CASTRO, 2009, 2010).

Em termos de espaço da CPLP, importa lembrar os temas das quatro Cartas/Colóquios realizados para a promoção e difusão da LP: i) a LP nas organizações internacionais; ii) a diversidade linguística nos países da CPLP; iii) a LP nas diásporas; IV) a LP na internet e no mundo digital. Essas vertentes deveriam ser também linhas orientadoras na formação de professores de Português.

Num momento em que a LP tende cada vez mais a afirmar-se como uma língua internacional, com impacto a nível cultural/literário, científico, económico, para além do

seu peso demográfico e do número de países com língua oficial portuguesa, é urgente que os próprios falantes tenham consciência das suas potencialidades e ajam em conformidade (ANÇÃ, 2014).

Referências

AAVV. *Língua Portuguesa. Presente e Futuro*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

AGUILAR, L. *A Língua Portuguesa na Galáxia das Línguas do Mundo e no Ciberespaço*, 2004. Disponível em: www.teiaporuguesa.com/webquestslinguaporuguesa/nasgalaxiasdaslinguasdomundo.htm. Acesso em: 10 set. 2013.

ANÇÃ, M. H. (Org.) *Educação em Português e Migrações*. Lisboa: LIDEL, 2010.

ANÇÃ, M. H. (Org.) Ensino de segundas línguas em Portugal. *Segundas Línguas e Inmigración en red*, n.7, 2013. Disponível em: <http://www.segundaslenguaseinmigracion.org>. Acesso em: 10 set. 2013.

ANÇÃ, M. H. A promoção e difusão da língua portuguesa – cruzando atores, vozes e perspectivas. In: *Atas/Anais do XXII Colóquio da Lusofonia*. Associação Internacional Colóquios da Lusofonia/AICL, 2014, CD.

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE LINGÜÍSTICA/APL. Para uma Política da Língua Portuguesa. In: *Revista Internacional de Língua Portuguesa/RILP*, n. 7, p. 26-30, 1992.

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2009.

CALVET, L.-J. *Les politiques linguistiques*. Paris: PUF, 1996.

CALVET, L.-J. *La guerre des langues et les politiques linguistiques*. Paris: Payot, 1999.

CASTRO, I. A Internacionalização da Língua Portuguesa. Comunicação ao Colóquio *A Internacionalização da Língua Portuguesa*. Lisboa: Associação Sindical dos Diplomatas Portugueses, 2009.

CASTRO, I. As Políticas Linguísticas do Português. In: *XXV Encontro da Associação Portuguesa de Linguística/APL*. Porto: APL, p. 65-71, 2010.

CPLP/Comunidades dos Países de Língua Portuguesa. *Plano de Ação de Brasília para a Promoção, a Difusão e a Projeção da Língua Portuguesa*, 2010. Disponível em: www.cplp.org. Acesso em: 11 mar. 2013.

CPLP/Comunidades dos Países de Língua Portuguesa. *Plano de Ação de Lisboa*, 2013.

Disponível em: <www.cplp.org>. Acesso em: 22 fev. 2014.

CRISTÓVÃO, F. Para uma nova política linguística na Comunidade Europeia. In: *RILP*, n.7, p. 35-38, 1992.

DE SWAAN, A. *Words of the World*. Cambridge: Polity Press, 2001.

DELGADO-MARTINS, M. R. Política da língua e sistema educativo. In: *RILP*, n. 7, p. 50-53, 1992.

FEYTOR PINTO, P. *Política de Língua na Democracia Portuguesa*, 321 p. Tese de Doutorado. Lisboa: Universidade Aberta, 2008. Disponível em: <<http://repositorioaberto.univ-ab.pt>>. Acesso em: 26 jun. 2014.

FEYTOR PINTO, P. *O Essencial sobre Política de Língua*. Lisboa: INCM, 2010.

FILIPPE, M.. *Promoção da Língua Portuguesa no Mundo: Hipótese de Modelo Estratégico*, 564 p. Tese de doutoramento. Lisboa: Universidade Aberta, 2005.

FIRMINO, G. O caso do português e das línguas indígenas de Moçambique. In: *Revista Internacional de Língua Portuguesa/RILP*, n. 13, p. 33-43, 1995.

GENDRAUX MASSALOUX, M. A constelação linguística na Europa. In: MATEUS, M. H. M. (Coord.). *Uma política de língua para o português*. Lisboa: Edições Colibri, p. 63-70, 2002.

GIORDAN, H. Les langues régionales et minoritaires de L'Union Européenne. In: MATEUS, M. H. M. (Coord.). *Uma política de língua para o português*. Lisboa: Edições Colibri, p. 111-134, 2002.

GUERREIRO, C., JUNIOR, L. C. P. O valor do idioma. *Revista Língua Portuguesa*. 2011. Disponível em: <<http://revistalingua.uol.com.br/textos/72/o-valor-do-idioma-249210-1.asp>>. Acesso em: 19 fev. 2013.

GUZEVA, T., MACÁRIO, M.J. Promoção da língua portuguesa e ciberespaço. In: ANÇÃ, M. H e MACÁRIO, M. J. (Orgs). *A Promoção da Língua Portuguesa e a Educação Linguística*. Aveiro: UA Editora, p. 45-66, 2015.

LOPES, A. S. Editorial. In: *RILP*, n. 14, p. 7-8, 1995.

MATEUS, M. H. M. Editorial. In: *RILP*, n. 13, p. 7, 1995.

MATEUS, M. H. M. (Coord.). *Uma política de língua para o português*. Lisboa: Edições Colibri, 2002.

MATEUS, M. H. M. Prefácio. In: MATEUS, M.H.M. (Coord.). *Uma política de língua para o português*. Lisboa: Edições Colibri, p. 7-11, 2002.

MATEUS, M. H. M. Uma política de língua para o português. In: *XXV Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*. Porto: APL, p. 73-78, 2010.

OLIVEIRA, G. M. de. Política linguística e internacionalização: a língua portuguesa no mundo globalizado do século XXI. In: *Trabalhos em Linguística Aplicada*, Campinas n. 52.2, p. 409-433, 2013. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/tla/v52n2/a10v52n2.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2014.

PRADO-COELHO, E. Nota Introdutória. In: AAVV. *Língua Portuguesa*. Presente e Futuro. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, p. 11-12, 2004a.

PRADO-COELHO, E. Introdução. In: AAVV. *Língua Portuguesa*. Presente e Futuro. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, p. 285-288, 2004b.

SILVA, R. V. M. e. Editorial. In: *RILP*, n. 7, p. 7, 1992.

VEIGA, E. *Imigração e Segurança em Cabo Verde O papel da Direcção de Estrangeiros e Fronteira*, 165 p. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2011. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10961/240>>. Acesso em: 11 nov. 2015.

Agradecimentos

Agradeço à Zilda Paiva e à Amália de Melo Lopes a passagem do questionário, respetivamente no Brasil e em Cabo Verde.

Recebido em dia 13 de novembro de 2015.
Aprovado em 03 de dezembro de 2015.